



IPASLUZ
PREVIDÊNCIA

CONSELHO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 09h, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Previdência do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Luziânia - IPASLUZ Previdência, os senhores Valdiron Gonçalves, Sérgio Pinto Affonso, Marilene Vieira Braz Siqueira e Alessandra Cantuária de Araújo, nomeados pelo Decreto nº 632 de 03 de dezembro de 2021 e Juliani Almeida Pinheiro, nomeada em substituição a Renata Roriz Vieira através do Decreto nº 304 de 25 de julho de 2022; também os membros do Comitê de Investimentos nomeados pelo Decreto nº 272 de 30 de julho de 2022, os senhores Ravel Vaz Meireles, Kênia Mara Ferreira Matos, Andressa de Souza Castro, Mônica Cecília de Araújo, além da Assessora Jurídica do Instituto, senhor Mayara Meireles Rodrigues, do Assessor Contábil, o senhor Carlos Henrique Pereira e do Consultor de Valores Mobiliários, representante da assessoria contratada pelo IPASLUZ Previdência, a empresa Confiança em Investimentos Ltda, o senhor Eurípedes Júnior Lopes Silva. Após os cumprimentos iniciais e das boas vindas ao membro do Conselho, o Presidente do Colegiado iniciou a reunião com a pauta do dia, solicitando à 1ª Secretária que estudasse a necessidade de se adotar normas para o Conselho através de regimento interno e apresentasse - na próxima reunião - o resultado da análise. Também solicitou que fosse elaborado um cronograma de reuniões ordinárias, como determina o Parágrafo 9º do Art. 92, da Lei Municipal nº 3.598/2013, alterada pela Lei nº 4.372/2021. Também decidiram por unanimidade a sugestão da 1ª Secretária de publicar no site institucional os atos do Colegiado, já que isso trará maior transparências aos atos do CMP. Os Conselheiros tomaram ciência do Decreto que nomeou os membros do Comitê de Investimentos e de suas atribuições. Na sequência, o senhor Eurípedes iniciou a apresentação do Relatório de Investimentos do mês de junho deste exercício financeiro dizendo que o documento não faz menção ao Comitê de Investimentos, pois sua elaboração se deu antes da publicação do Decreto que o nomeou. Eurípedes demonstrou a oscilação do gráfico estabelecida na relação entre a meta atuarial mensal e o retorno mensal da carteira de investimentos, desenhando uma linha descendente. Nessa situação tem-se uma meta estimada em 8,11% em contraposição ao retorno de -0,32%, significando o retorno financeiro no valor de R\$ 388.532,19 – apenas. O extrato consolidado evidenciou a aplicação no montante de R\$ 11.440.191,01; o resgate de R\$ 21.138.700,39; amortização de R\$ 365.063,71. Tais números trouxe mais um fator preocupante na visão do Conselho que é a evolução do Patrimônio Líquido, que iniciou o exercício financeiro com o montante de R\$ 31.774.703,51 e terminou o primeiro semestre com R\$ 24.943.985,11, apresentando uma evolução anual de -38,82% e no semestre de -21,50%, determinando um prejuízo de R\$ 6.830.718,40 de janeiro a junho. Com a linha descendente demonstrada na evolução do Patrimônio Líquido, os limites permitidos pela Resolução nº 4.693 de 25 de novembro de 2021, exarada pelo

Banco Central, trazem irregularidade no percentual investido nos Fundos Imobiliários, onde o permitido é de 5% e o Ipasluz-Prev tem aplicado 7,18%. Eurípedes explicou que a rentabilidade negativa da carteira de investimentos se deu devido à volatilidade do mercado financeiro e o volume de investimentos realizados no passado em fundos estressados. Outro fator ressaltado nos relatórios apresentados é o investimento de renda fixa Mastrer II FIDC Multisetorial Sênior. Em resumo, 30% do valor investido pelo Ipasluz-Prev está em fundos podres. Eurípedes, ainda, exemplificou os investimentos “podres” citando o que aconteceu com Fundos em Participações, LSH FIP Multiestratégia, do qual o Instituto tem R\$ 930.763,09 investidos, que construiu o Hotel LSH na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, que – inclusive – contava com a participação de Donald Trump; uma edificação luxuosa à beira mar, mas que hoje se encontra invadida por moradores de rua da região, e faz parte de processos judiciais junto à Polícia Federal e à Receita Federal do Brasil. Perante essa informação, e inconformados diante da recomendação do Consultor de que não é possível fazer absolutamente nada a respeito, a 1ª Secretária se prontificou a visitar o local no próximo mês, e, por unanimidade, os membros do Colegiado decidiram oficiar o Chefe do Poder Executivo e do Poder Legislativo, e ainda o Ministério Público a fim de buscar informações sobre as ações e medidas tomadas quanto à responsabilização daqueles que deram causa a tamanho prejuízo e quanto à possibilidade de retorno desses valores ao Ipasluz-Prev. Destarte, os Conselheiros decidiram – ainda – alertar os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo sobre a situação financeira do Instituto e para fundamentar os referidos documentos, os Conselheiros pediram ao Superintendente do Instituto que apresente, na próxima reunião, um estudo com a projeção da receita e da despesa a curto, médio e longo prazo e as medidas que são necessárias para a reversão da situação. Com o adiantado da hora, e ainda faltando apresentar a parte relativa ao Comitê de Investimentos, o Presidente deixou agendada a próxima reunião extraordinária para o dia 10 de agosto, às 09h, no Ipasluz-Prev para análise da prestação de contas do período. Quanto ao que coube ao CMP, os acontecimentos ficam aqui registrados em ata que segue assinada por mim, Alessandra Cantuária de Araújo, que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes. Quanto ao que foi dito e discutido pelo Comitê de Investimentos e pelo Consultor, segue registrado em ata própria e distinta desta.

Alessandra Cantuária de Araújo
Juliana Almeida Pinheiro, *Andrezza S. Castro*
Mônica Leilani de Araújo Pinheiro, *Juliana Almeida Pinheiro*, *Ediney Gonçalves*,
Ravel Vaz Meireles, *Renia Mara Ferreira Mates*,
Mayara Mendes Rodrigues, *Elton*, *Eurípedes Junio B. Sil*
Alício Finto Affonso